

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da administração e as correspondentes demonstrações contábeis combinadas do exercício de 2017 do Sicoob Espírito Santo – Sicoob ES em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

As Cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES são:

Cooperativas	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Sul Litorâneo	4.407	4.363
Sicoob Sul	15.325	15.173
Sicoob Leste Capixaba	19.530	19.336
Sicoob Centro-Serrano	10.104	10.004
Sicoob Norte	15.496	15.342
Sicoob Sul-Serrano	16.913	16.745
Sicoob Credirochas	4.886	4.837
Credestiva	881	618
Total	87.542	86.418

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob ES completou 28 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa a-través para investimentos, obtenção de crédito e utilização de serviços financeiros. A distribuição dos produtos e serviços aos cooperados e comunidade em geral é realizada através dos pontos de atendimento físicos e por meio digital.

Os produtos e serviços do Sicoob ES são idealizados levando em consideração as necessidades dos cooperados e o alcance da nossa visão empresarial que é "encantar nossos associados com uma experiência única".

2. Cenário Econômico

As ações do Governo Federal apresentaram efeitos positivos em 2017, trazendo a inflação abaixo do piso da meta (IPCA - 2,95%), a retomada do crescimento econômico após 02 anos de retração (PIB - 1,0%) e uma forte desaceleração no ritmo de demissão dos empregos formais. Neste sentido, bons resultados também são esperados para 2018, com uma expectativa do mercado para a inflação próxima a 3,57% e um crescimento econômico de 2,89% segundo o relatório Focus do Bacen do dia 23/03/2018. Os desdobramentos da crise política e as eleições retardarão as reformas no âmbito do congresso nacional, impactando a economia, porém, estas expectativas já estão refletidas nos indicadores.

O Comitê de Política Monetária iniciou o ano de 2018 reduzindo em 0,5% a Taxa Selic e sinaliza com tendência de queda para a próxima reunião, a expectativa de chegar ao final do ano em 6,5%, segundo o mesmo relatório Focus. A taxa atual da Selic representa uma grande conquista para a economia brasileira, pois é o menor índice desde que iniciou a série histórica em 1986.

No âmbito estadual, a nossa economia está num ritmo melhor que a nacional, pois apresentou um crescimento econômico da ordem de 1,7%, com as contas do setor público sob controle. O comércio varejista cresceu 7% em 2017, neste mesmo sentido, o setor agropecuário após a grave crise hídrica dos anos anteriores, mostra sinais de recuperação com aumento da produção de importantes lavouras para o estado como a do café conilon (24%), mamão (16,5%) e pimenta-do-reino (194,6%), em função da melhoria dos índices pluviométricos em todas as regiões do estado, como também, pela implantação de um importante sistema de retenção de água que prevê a construção de 60 barragens até o final de 2018. Outros importantes setores para a economia capixaba foram o da indústria de petróleo, gás e minério com crescimento de 1,8% e do setor alimentício com 1,2%. Para o ano de 2018 a expectativa é que a economia capixaba continue na vanguarda da nacional, principalmente, por importantes projetos que entrarão em funcionamento, como o aeroporto de Vitória, e outros anunciados para instalação no Estado, a exemplo da autorização para início das obras do Porto Central em Presidente Kennedy.

3. Expansão nos negócios

Em 2017, no estado do Espírito Santo na região metropolitana da grande Vitória foi aberto apenas o ponto de atendimento Faesa (Faculdades Integradas Espírito-Santense) localizada no Capital no bairro Monte Belo, já no interior do Estado foram abertos pontos de atendimento em Conceição da Barra na região Norte, Jerônimo Monteiro e Muqui na região Sul. Ampliamos também nossa atuação no estado do Rio de Janeiro com inauguração de 5 agências, sendo 2 na cidade de Campos dos Goytacazes e as demais nos municípios de Macaé, Rio das Ostras e Volta Redonda. Ao todo foram inauguradas 09 (nove) novas agências, cumprindo o planejamento estratégico de nossa instituição de levar soluções financeiras adequadas e sustentáveis por meio do cooperativismo à novas comunidades.

A proposta para 2018 é inaugurarmos 10 (dez) novas agências nos municípios da Serra e Divino de São Lourenço no estado do Espírito Santo e Itaocara, Quissamã, Cabo Frio, Búzios ou Maricá, Campos dos Goytacazes, Macaé, Santo Antônio de Pádua e Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro. O Sistema estuda novas áreas de atuação no Rio de Janeiro para fortalecer a participação do cooperativismo financeiro naquele Estado.

Em relação a lançamentos de produtos em 2017, o destaque fica para a conta digital Faça Parte, o crédito imobiliário e a capitalização. Para 2018, a expectativa está no lançamento da carteira de câmbio, um grande anseio dos associados exportadores do setor de mármore e granito do Espírito Santo, bem como, do crédito estudantil "Faça Acontecer" em parceria com instituições conveniadas, do financiamento imobiliário com recursos próprios e do Home Equity. Com essas modalidades e outras direcionadas ao crédito digital atenderemos aos anseios de muitos associados com uma proposta de atendimento diferenciado na entrega dos financiamentos.

4. Nosso Desempenho
4.1) Retornos

	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	%	p.p.
ROE/ROA				
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	18,08	17,84	0,24	
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	3,95	4,04	-0,09	

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Result. da int. Financ. antes dos Créditos de Liq Duvidosa	651.595	601.295	8,37
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	259.412	260.668	-0,48
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	44.804	28.412	57,69
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	121.390	90.728	33,80
Receitas com Ato Não Cooperativo	38.613	22.572	71,07
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Adm. e Op.	294.485	252.568	16,6
Despesas tributárias	6.899	5.005	37,84
Result/ de Part. e outras receitas op. e resultado não oper.	47.257	49.002	-3,56
Juros ao Capital	74.044	90.412	-18,10
Sobras do exercício	250.568	216.624	15,67

Contribuíram para compor as Sobras do exercício de 2017:

As receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias aumentaram 33,80%, o resultado da intermediação financeira aumentou 8,37% e a receitas com ato não cooperativo acresceu 71,07% em relação ao mesmo período de 2016.

As despesas com Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais, cresceram 16,60% em relação ao mesmo período de 2016.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente às despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais, foi de 41,22%, melhora de 5,30 pontos percentuais em relação ao exercício de 2016.

Foi pago para os associados em 2017 o valor de R\$ 74.044 mil referente a juros ao capital.

4.3) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Ativos Totais	5.954.687	5.108.386	16,57
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.547.857	1.117.033	38,57
Títulos e Valores mobiliários	843.210	606.859	38,95
Carteira de Crédito	3.676.615	3.474.444	5,82
Depósitos	3.455.839	2.979.161	16,00
Patrimônio Líquido	1.422.112	1.228.864	15,73

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2017:

- O total de ativos atingiu R\$ 5.954.687 mil ao final de dezembro de 2017, com crescimento de 16,57% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 3.676.615 mil, com crescimento de 5,82% em relação a 31 de dezembro de 2016.
- Os depósitos obtiveram um aumento de 16,00% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final do exercício de 2017 o montante de R\$ 3.455.839 mil.
- O patrimônio líquido cresceu 15,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 1.422.112 mil.

4.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Descrição	31/12/2017			31/12/2016			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	763.943	77.921	841.864	728.622	72.875	801.497	40.367	5,04%
Empréstimos	656.083	1.776.345	2.432.428	651.777	1.624.883	2.276.660	155.768	6,84%
Títulos desc.	45.072	249.446	294.518	57.546	237.979	295.525	-1.007	-0,34%
Conta Corrente	40.917	66.888	107.805	39.560	61.202	100.762	7.043	6,99%
Total	1.506.015	2.170.600	3.676.615	1.477.505	1.996.939	3.474.444	202.171	5,82%

4.3.1) Volume de crédito liberado em 2017 e 2016

Descrição	2017	2016
Total de Crédito Liberado	4.011.952	4.280.568
Crédito rural	587.783	688.679
Empréstimo e Financiamentos	1.442.127	1.488.843

Descrição	2017	2016
Títulos Descontados	1.982.072	2.103.046
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	46.208	61.262
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	44	36

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. No exercício de 2017, houve uma concentração de 81,96% nos níveis de risco "AA" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Inteira ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal
Balanco Patrimonial (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		3.972.973	3.245.452
Disponibilidades		28.289	23.278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.504.781	1.023.282
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.504.781	1.023.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	536.319	298.687
Cotas de Fundo de Curto Prazo		3.441	-
Carteira Própria		479.179	298.687
Vinculados à Prestação de Garantias		53.699	-
Relações Interfinanceiras	5	9	-
Centralização Financeira - Conta Vinculada		9	-
Operações de Crédito	7	1.836.005	1.857.920
Empréstimos e Títulos Descontados		1.648.719	1.629.656
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		584.781	552.400
(-) Provisão para Operações de Crédito		(397.495)	(324.136)
Outros Créditos	8	18.450	19.631
Créditos por Avais e Fianças Honradas		10.287	8.328
Rendas a Receber		4.644	3.979
Diversos		10.657	14.931
(-) Provisão Créditos por Avais e Fianças Honradas		(7.006)	(6.221)
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(132)	(1.386)
Outros Valores e Bens	9	49.120	22.654
Outros Valores e Bens		51.294	24.412
(-) Provisão para Outros Valores		(3.185)	(3.004)
Despesas Antecipadas		1.011	1.246
Não Circulante		1.981.714	1.862.934
Realizável a Longo Prazo		1.810.951	1.711.121
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	43.076	93.751
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		43.076	93.751
Títulos e Valores Mobiliários	6	306.891	308.172
Carteira Própria		74.679	99.849
Vinculados à Prestação de Garantias		232.212	208.323
Operações de Crédito	7	1.443.115	1.292.388
Empréstimos e Títulos Descontados		1.186.033	1.043.291
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		257.082	249.097
Outros Créditos	8.1	17.869	16.810
Diversos		17.869	16.810
Permanente		170.763	151.813
Investimentos	10	110.293	93.911
Part. em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		96.929	82.571
Part. em Cooperativa exeto Coop. Central de Crédito		12.855	10.845
Part. em empresa controlada Coop. Central de Crédito		509	495
Imobilizado de Uso	11	59.496	56.532
Imóveis de Uso		29.364	31.295
Outras Imobilizações de Uso		80.112	67.936
(-) Depreciações Acumuladas		(49.980)	(42.699)
Intangível	12	974	1.370
Ativos Intangíveis		5.387	5.212
(-) Amortização Acumulada		(4.413)	(3.842)
TOTAL		5.954.687	5.108.386

P A S S I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		4.156.895	3.620.995
Depósitos	13	3.455.560	2.979.094
Depósito à Vista		775.825	596.582
Depósito Sob Aviso		54.043	52.551
Depósito a Prazo		2.625.692	2.329.961
Relações Interfinanceiras		388.660	395.233
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	388.601	395.204
Correspondentes	14.1.2	59	29
Relações Interdependências		48.443	52.368
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	48.443	52.368
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	143.582	84.918
Outras Instituições		2.141	2.174
Obrigações por repasses Funcafé		141.441	82.744
Outras Obrigações		120.650	109.382
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	1.613	649
Sociais e Estatutárias	16.2	62.827	59.854
Fiscais e Previdenciárias	16.3	8.983	9.633
Diversas	16.4	47.227	39.246
Não Circulante		375.680	258.527
Exigível a Longo Prazo		279	67
Depósitos	13	279	67
Depósito a Prazo		279	67
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	13.1	56.472	-
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		56.472	-
Relações Interfinanceiras		229.777	196.409
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	229.777	196.409
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	69.429	43.734
Outras Instituições		5.020	7.102
Obrigações por repasse Funcafé		64.409	36.632
Outras Obrigações	16.4.e	19.723	18.317
Diversas		19.723	18.317
Patrimônio Líquido	18	1.422.112	1.228.864
Capital Social		812.379	735.193
De Domiciliados No País		818.322	739.031
(-) Capital a Realizar		(5.943)	(3.838)
Reserva de Sobras		530.533	437.809
Sobras Acumuladas		79.200	55.862
TOTAL		5.954.687	5.108.386

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exerc. Antes da Tributação e Participações		259.446	222.784
Participações nos Resultados de Empregados		(8.878)	(6.072)
Depreciações e Amortizações	22.1.(a)	9.387	8.877
Provisão de Juros ao Capital	19	(74.044)	(90.412)
Provisão para perda com operações de crédito		259.412	260.668
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado		106	56
Result. de part. de coligadas e controladas e distribuição de sobras		(5.729)	(4.206)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado		(67)	(67)
		439.633	391.628
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(372.354)	(439.021)
Títulos e Valores Mobiliários		(236.351)	(119.871)
Relações Interfinanceiras		(9)	-
Operações de Crédito		(388.224)	(384.341)
Outros Créditos		122	(8.625)
Outros Valores e Bens		(26.466)	(10.814)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		179.243	81.722
Depósitos sob Aviso		1.492	(3.501)
Depósitos a Prazo		295.943	585.168
Outras Obrigações		12.674	14.331
Relações Interfinanceiras		26.795	(55.349)
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		56.472	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		84.359	(22.249)
Relações Interdependências		(3.925)	14.909
IRPJ / CSLL		-	(88)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		69.404	43.899
Atividades de Investimentos			
Saldo Incorporação		(88)	-
Recebimento de Dividendos		5.729	4.206
Alienação de Imobilizações de Uso		66	120
Aplicação no Intangível		(165)	(137)
Aplicação no Diferido		-	-
Inversões em Imobilizado de Uso		(11.807)	(13.135)
Inversões em Investimentos		(16.382)	(20.145)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(22.647)	(29.091)
Atividades de Financiamentos			
Cooperativa migrada para Sistema Sicoob ES		-	8.732
Saldos de Cooperativa incorporada ao Sicoob ES		1.055	-
Aumento por novos aportes de Capital		32.114	41.328
Devolução de Capital à Cooperados		(57.030)	(56.010)
Estorno de Capital		(2.533)	(75)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(270)	(420)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(410)	(420)
FATES Sobras Exercício		(11.352)	(13.576)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	19	(1.583)	(1.614)
Subscrição do Juros ao Capital	19	74.044	90.412
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	19	(13.969)	(16.969)
IRRF sobre Juros ao Capital	19	(1.849)	(3.006)
Utilização do Fundo de Reserva		(1.493)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		16.724	48.382
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		63.481	63.190
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquida			
No Início do Período	4	117.458	54.268
No Fim do Período	4	180.939	117.458
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		63.481	63.190

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob ES é composta por oito Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2017 possuíam 117 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 104 no Espírito Santo e 13 no Rio de Janeiro, 370 terminais de autotendimento e 75 Correspondentes atendendo a 238.641 mil associados. Além disso, o Sicoob ES possui operações com poupadores e outros relacionamentos totalizando 97.092 mil pessoas e empresas.

A Cooperativa Central e suas filiadas são acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S.A ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Bancoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador "+" ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AA(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBak é BRLP2 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Bancoob ainda é o controlador da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bancoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios ("Consórcio Ponta") e a Cabal Brasil Ltda. ("Cabal"), processadora de cartões de crédito.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

A Fundação Sicoob Previ ("Sicoob Previ") é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancários, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas ("demonstrações contábeis") do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir das demonstrações contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

Para a elaboração das demonstrações contábeis combinadas foram consideradas as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições financeiras aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

A Diretoria coligada do Sicoob Central ES aprovou essas demonstrações contábeis combinadas em 15 de março de 2018.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução 4.151/2012:

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação dos Associados do Sicoob Central ES Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativa	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Sul-Litorâneo	4.407	4.363
Sicoob Sul	15.325	15.173
Sicoob Leste Capixaba	19.530	19.336
Sicoob Centro-Serrano	10.104	10.004
Sicoob Norte	15.496	15.342
Sicoob Sul-Serrano	16.913	16.745
Sicoob Credirochas	4.886	4.837
Credestiva	881	618
Total	87.542	86.418

3. Resumo das principais práticas contábeis
(a) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente de modo a refletir a melhor informação disponível.

(b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017

4. Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de ven-

cimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	28.289	23.278
Disponibilidades em Moeda Nacional	28.289	23.278
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	152.650	94.180
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	152.650	94.180
Total	180.939	117.458

(1). Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como aqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		1.504.781	1.023.282
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.504.781	1.023.282
Depósitos Interfinanceiros - Bradesco	100% CDI	2.847	2.589
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	93% CDI	-	51.002
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	98% CDI	3.699	-
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	100% CDI	844	-
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.497.391	-
Depósitos Interfinanceiros - Bancoob	101% CDI	-	969.691
Não circulante		43.076	93.751
Aplicações em depósitos interfinanceiros		43.076	93.751
Depósitos Interfinanceiros - Bradesco	100% CDI	6.676	8.661
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	93% CDI	-	335
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	100% CDI	313	4.358
Depósitos Interfinanceiros - ACO Bancoob (a)	101% CDI	36.087	39.530
Depósitos Interfinanceiros - Bancoob	101% CDI	-	40.867
Total Geral		1.547.857	1.117.033

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 133.397 em 31/12/2017 (31/12/2016 - R\$ 114.109).

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Bancoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Vencimento	Depósitos interfinanceiros	31/12/2017 Total	Depósitos interfinanceiros	31/12/2016 Total
Até 1 mês	76.540	76.540	23.005	23.005
De 1 a 3 meses	76.110	76.110	71.174	71.174
De 3 a 6 meses	333.360	333.360	196.456	196.456
De 6 a 12 meses	1.018.771	1.018.771	732.647	732.647
Total circulante			1.023.282	1.023.282
De 1 a 2 anos	29.564	29.564	52.923	52.923
De 2 a 3 anos	12.419	12.419	28.543	28.543
Acima de 3 anos	1.093	1.093	12.285	12.285
Total não circulante	43.076	43.076	93.751	93.75

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017 Total	31/12/2016 Total
Carteira	Curso											
Adiant. a Deposit.	Normal	0	15	573	1.132	605	102	85	11	152	2.675	2.570
	Anorm.	0	0	86	388	497	565	433	430	3.556	5.955	6.402
Cheque Especial	Normal	0	338	10.495	13.158	7.114	1.587	677	432	2.835	36.836	38.427
	Anorm.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta Garantida	Normal	0	1713	22.697	28.284	3.410	1.319	927	370	3.819	62.539	56.365
	Anorm.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo	Normal	16.168	395.466	685.586	510.924	108.135	32.955	54.088	53.688	80.052	1.937.062	1.811.935
	Anorm.	0	1.766	11.658	46.496	42.907	25.823	29.636	30.991	85.698	274.975	240.288
Títulos Descontados	Normal	20.550	167.877	51.463	36.481	5.820	81	277	382	666	283.597	280.669
	Anorm.	0	0	1.567	3.178	1.564	971	469	437	2.735	10.921	14.856
Financ.	Normal	686	56.520	74.532	61.319	5.621	1.640	1.401	134	1.563	203.416	200.011
	Anorm.	0	261	2.379	4.265	3.316	1.903	780	723	3.348	16.975	24.425
Financ. Rurais	Normal	684	90.864	544.260	145.407	21.198	6.179	6.147	4.476	12.441	831.656	794.983
	Anorm.	0	0	1.649	2.288	1.720	1.086	468	678	2319	10.208	6.513
Total Normal		38.088	712.793	1.389.606	796.705	151.903	43.863	63.602	59.493	101.528	3.357.581	3.181.960
Total Anormal		0	2.027	17.339	56.615	50.004	30.348	31.786	33.259	97.656	319.034	292.484
Total		38.088	714.820	1.406.945	853.320	201.907	74.211	95.388	92.752	199.184	3.676.615	3.474.444

d) Composição da carteira por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	38.089	-	60.375	-
A	0,5	714.816	3.572	946.597	4.732
B	1	1.406.958	14.071	1.383.185	13.833
C	3	853.319	25.601	551.818	16.553
D	10	201.907	20.191	151.611	15.162
E	30	74.208	22.262	81.944	24.585
F	50	95.387	47.692	81.962	40.980
G	70	92.750	64.925	28.867	20.206
H	100	199.181	199.181	188.085	188.085
Total		3.676.615	397.495	3.474.444	324.136

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financ.	Título Desc.	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Indústria	5.381	128.604	43.601	17.845	195.431	5%
Setor Privado - Serviços	43.082	1.021.145	122.006	9.714	1.195.947	33%
Pessoa Física	40.918	656.082	45.072	763.943	1.506.015	41%
Outros	1.206	80.458	5.334	30.402	117.400	3%
TOTAL	107.806	2.432.427	294.518	841.864	3.676.615	1

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	324.136	194.357
Constituições	257.321	251.663
Transferência para prejuízo	-183.962	-121.884
TOTAL	397.495	324.136

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	22.548	0,61%	19.085	0,55%
10 Maiores Devedores	150.685	4,10%	150.157	4,31%
50 Maiores Devedores	499.410	13,58%	480.944	13,81%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	265.948	173.350
Valor das operações transferidas no período	183.962	121.884
Valor das operações recuperadas no período	-46.391	-27.947
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	1.233	142
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-2.929	-1.481
TOTAL	401.823	265.948

8. Outros créditos - circulante

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	3.281	2.107
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	10.287	8.328
Provisão Créditos por Avals e Fianças Honoradas	-7.006	-6.221
Rendas A Receber	4.644	3.979
Dividendos e Bonificações em dinheiro a receber	-	475
Serviços Prestados a Receber	3.085	2.828
Outras Rendas a Receber (a)	1.559	676
Diversos	10.525	13.545
Adiantamentos e Antecipações Salariais	793	846
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	44	88
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	427	260
Devedores por Compra de Valores e Bens (b)	1.212	5.307
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	3.788	4.793
Pagamentos a Ressarcir	725	499
Títulos e Créditos a Receber	2.309	1.925
Devedores Diversos - País	1.359	1.213
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa (d)	-132	-1.386
TOTAL	18.450	19.631

(a) Refere-se a rendas de convenio INSS, rendas a receber do Bancoob e rendas Seguros;

(b) Refere-se a devedores que adquiriram bens da Cooperativa com pagamentos parcelados;

(c) Refere-se a impostos federais a serem compensados;

(d) Refere-se a provisões de riscos constituídas a partir dos devedores por compra de bens.

8.1 Outros créditos - não circulante

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
PIS sobre Atos Cooperativos	2.733	2.637
COFINS sobre Atos Cooperativos	13.574	13.109
Outros - Para interposição de recursos Fiscais - Lei 9703/98	85	85
Provisão para Processos trabalhistas	777	365
Outros	700	614
TOTAL	17.869	16.810

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	50.172	23.703
Material em Estoque	1.122	709
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-3.185	-3.004
Despesas Antecipadas (c)	1.011	1.246
TOTAL	49.120	22.654

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

b) Refere-se a provisão de desvalorização de bens recebidos em dação de pagamento;

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participação no Banco Cooperativo do Brasil	96.929	82.571
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	96.929	82.571
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda - Sicoob Confederação	12.855	10.845
Participações em Cooperativa exeto Coop. Central de Crédito	12.855	10.845
CNAC-Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	214	200
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros S.A. (a)	15	15
Annellus Assessoria Ltda.	280	280
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito	509	495
TOTAL	110.293	93.911

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depr.
Imobilizado em Curso	2.777	2.781	(*)
Terrenos	6.227	6.221	
Edificações	23.137	22.294	4%

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depr.
Instalações	34.536	28.704	10%
Móveis e equipamentos de Uso	17.771	16.185	10%
Sistema de Comunicação	1.464	1.357	10%
Sistema de Processamento de Dados	17.056	15.605	20%
Sistema de Segurança	5.141	4.633	10%
Sistema de Transporte	1.366	1.451	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(49.979)	(42.699)	
TOTAL	59.496	56.532	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	5.387	5.212
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(4.413)	(3.842)
TOTAL	974	1.370

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando o portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	775.825	596.582
Depósito Sob Aviso	54.043	52.551
Depósito a Prazo	2.625.971	2.330.028
TOTAL	3.455.839	2.979.161

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. Todas as Cooperativas do Sicoob ES são associadas ao FGCoop.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	47.812	1,38	55.863	1,88
10 Maiores Depositantes	208.272	6,03	175.508	5,89
50 Maiores Depositantes	474.944	13,74	394.077	13,23

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	56.472	-
Total	56.472	-

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiais (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiais. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

14.1 Relações Interfinanceiras
14.1.1 Repasses Interfinanceiros

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	388.601	229.777	591.613
Total			388.601	229.777	591.613

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 44.324 em 2017 (2016 - R\$ 42.094).

14.1.2 Correspondentes

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Correspondentes	59	29
TOTAL	59	29

Essa transação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 885 em 2017 (2016 - R\$ 854).

14.2 Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	2017	2016
MAPA	Funcafé	8,75%				

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	66.133	71.822
TOTAL	960.924	936.376

20.1 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2017
Recuperação de despesas diversas	740	2.207
Rendas de repasses delcredere	4.735	9.345
Reversão de provisões operacionais	-	647
Dividendos	13.677	17.097
Rendas de juros Cartão de crédito	16.215	12.419
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	2.949	4.043
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	5.622	3.684
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	104	696
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	669	338
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	2.488	793
Receita Volume Financeiro - Rede	3	20
Reversão garantias Prestadas	-	256
Reversão Provisão para Contingência	416	-
Outras	227	163
Total	47.845	51.708

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas De Captação	251.084	280.277
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	58.245	54.804
Provisão para Operações de Créditos	259.412	260.668
Total	568.741	595.749

21.1 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Descontos concedidos - operações de crédito	17.374	8.058
Bonificação de Seguro Prestamista	70	53
Perdas Cartão de Crédito	15	-
Correspondente Bancário	885	854
Cancelamento de Tarifas Pendentes	4.288	3.863
Desconto Tarifas Pendentes	2	32
Estorno de Juros operações Credito Rural	272	-
Perdas – Fraudes Externas	243	176
Perdas – Práticas Inadequadas	321	107
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	7	2
Perdas – Falhas em Gerenciamento	408	44
Passivos Trabalhistas	994	196
Passivos Contingentes	281	904
Multas e Juros	19	16
Desconto Concedidos Operação de Crédito Pessoal	137	221
Estorno Juros Mora – Operação Crédito – RPL/Repassado	23	57
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Fraudes Externas	186	91
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Perdas Operacionais	107	52
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	4.180	4.311
Ratão de despesas/custos do Sicoob Confederação	-	829
Contr. Fundo de Gestão de bens não de uso próprio – Sicoob Confederação	-	711
Mensagens SMS – Cartões	43	21
Tarifas recebimento de convênios Diversos	125	44
Diversos	609	264
Total	30.589	20.906

22. Dispêndios/Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Honorários	12.459	11.856
Despesas com Pessoal – Benefícios	24013	20.853
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	25.292	22.950
Despesa de Pessoal – Proventos	65.617	59.775
Despesa de Pessoal - Treinamento	19	52
Despesa de Remuneração de Estagiários	1.634	1.317
Total	129.034	116.803

22.1 Outras Dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Água Energia e Gás	3.403	3.290
Despesas de Aluguéis	10.100	8.647
Despesas de Comunicações	6.149	5.285
Despesas de Manutenção e conservação de bens	1.671	1.602
Despesas de Material	1.975	2.009
Despesas de Processamento de Dados	20.626	10.442
Despesas de Promoções e Relações Públicas	3.312	2.510
Despesas de Propaganda e Publicidade	6.648	6.413
Despesas de Publicações	193	143
Despesas de Seguros	216	142
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	30.924	34.149
Despesas de Serviços de Terceiros	8.558	7.154
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	9.930	8.511
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	5.050	3.975
Despesas de Transporte	5.046	3.904
Despesas de Viagem no País	901	722
Despesas de Amortização (a)	571	553
Despesas de Depreciação (a)	8.816	8.324
Livros Jornais e Revistas	55	49
Condomínio	147	180
Contribuição Sindical Patronal	330	301
Emolumentos Judiciais e Cartorários	3.174	2.497
Copa/Cozinha	432	382
Lanches e Refeições	691	755
Uniformes e Vestuários	166	84
Contribuição a Oco	346	311
Taxas da Junta Comercial	19	10
Impostos e Taxas	953	385
Sistema Cooperativista	935	791
Mensalidades Diversas	155	123
Ações Judiciais	461	927
Ratão Sicoob Confederação	2.525	-
Outras Despesas Administrativas	384	289
Total	134.862	114.859

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	312	107
Ganhos de Capital	494	370
Rendas de Aluguéis	30	-
Desvalorização de Outros Valores e Bens	74	99
Outras Receitas Não Operacionais	432	287
Prejuízos na alienação de Valores E Bens	(1.147)	(406)
Perdas de Capital	(230)	(103)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(421)	(2.932)
Outras Despesas Não Operacionais	(132)	(128)
Resultado Líquido	(588)	(2.706)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liq Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	73	(3)	0,20%
Conta Garantida	252	(11)	0,40%
Crédito Rural	5.810	(59)	0,69%
Empréstimo	34.832	(2.011)	1,57%
Financiamento	71	(10)	0,33%
Títulos Descontados	803	(5)	0,27%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	22.361
Empréstimos e Financiamentos	86.028
Títulos Descontados	244

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	8.361	1,08%	-
Depósitos a Prazo	45.789	1,74%	80% a 105% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,70% a 4,00% a.m.	1,70% a 4,00% a.m.
Empréstimos	1,20% a 4,85% a.m.	1,20% a 4,85% a.m.
	0,30% + CDI a 3,00% + CDI	0,30% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	1,25% a 2,80% a.m.	1,25% a 2,80% a.m.
Crédito Rural - Repasses	2,50% a. 9,50 a.a. + TR	2,50% a. 9,50 a.a. + TR
Aplicação Financeira	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	11.396
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	344

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Bancoob que está presente e no conselho de administração (Nota 5, 6, 10 e 14).

Transações com Bancoob		
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	1.893.779	1.331.238
Disponibilidades	75	3
Depósitos Interfinanceiros	1.538.334	1.105.783
Cotas de Fundos de Renda Fixa	355.370	225.452
Passivo	618.378	591.613
Relações Interfinanceiras	618.378	591.613

25. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

25.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **Sicoob ES** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **Sicoob ES** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **Sicoob ES** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **Sicoob ES** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, **Sicoob ES** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **Sicoob ES** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **Sicoob ES** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **Sicoob ES** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 321.930 mil (31/12/2016 - R\$ 249.298), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do

Patrimônio de Referência e o índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referência	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Sicoob Central ES	14,50%	21,19%	86.882	89.088
Sicoob Sul-Litorâneo	38,35%	37,44%	69.904	59.975
Sicoob Sul	44,93%	40,57%	247.764	207.932
Sicoob Leste Capixaba	39,18%	36,87%	351.055	296.499
Sicoob Centro-Serrano	26,14%	24,64%	136.938	117.152
Sicoob Norte	30,97%	30,85%	197.998	189.327
Sicoob Sul-Serrano	34,99%	32,84%	261.337	217.253
Sicoob Credirochas	27,53%	27,31%	81.162	71.503
Credestiva	104,34%	106,99%	11.147	10.096
Média/Total	40,10%	39,86%	1.444.187	1.258.825

VITÓRIA-ES, 15 de março de 2018

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Aos Administradores e aos Cooperados da Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo ("Sistema Sicoob ES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.